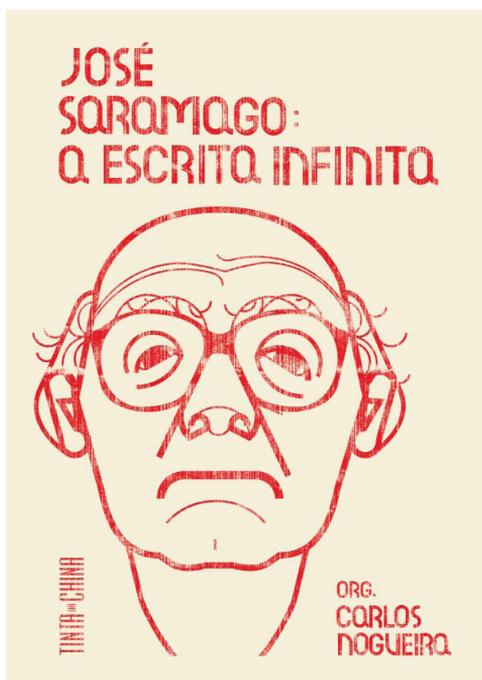


**Carlos Nogueira (Org.): *José Saramago: A Escrita Infinita*,  
Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2022, 400 pp.**

*Paulo Roberto Nóbrega Serra* (FOCO.UNTL – CLP / CIAC – Ualg)



*José Saramago: A Escrita Infinita* é um livro incontornável, não somente por ser publicado no ano em que se celebra o centenário do nascimento de José Saramago (1922-2022), Prémio Nobel da Literatura em 1998. Este pequeno grande volume de ensaios (um belo objeto-livro, em formato de bolso, embora com quase 400 páginas), essencial este ano e sempre, foi publicado pela Tinta-da-China, com organização de Carlos Nogueira.

Carlos Nogueira tem publicado ensaios, recensões e livros sobre José Saramago. Destaque-se, em 2021, o volume coletivo *José Saramago e os Desafios do Nosso Tempo* (Universidade de Barcelona, 2022) e, também este ano, o livro ilustrado *Jerónimo e Josefa*, com texto de José Saramago e ilustrações de João Fazenda (Fundação José Saramago / Tcharan). Em agosto, saiu ainda o livro *José Saramago: a Literatura e o Mal* (Lisboa, Tinta da China 2022), agraciado com o Prémio de Ensaio Vergílio Ferreira 2022.

*José Saramago: A Escrita Infinita* reúne 21 textos que representam apenas metade do resultado das conferências e comunicações apresentadas ao longo de uma jornada decorrida entre 18 a 21 de dezembro de 2020. A V Conferência Internacional José Saramago da Universidade de Vigo congregou, não obstante o contexto da pandemia que então se vivia, cerca de 40 estudiosos de vários países e continentes, de gerações distintas. Nestes ensaios que se leem de forma fluída, sem pretensiosismo nem tecnicismos de linguagem, os autores “dialogam com as palavras, as ideias, as personagens e as situações criadas por um autor que nos deixou um número surpreendente

de obras-primas na forma e no conteúdo, algumas deles breves ou muito curtas” (p. 13). Estes estudos intentam desmistificar a obra saramaguiana, vertendo novas leituras e novos sentidos a partir das mais emblemáticas obras do Nobel, numa linguagem naturalmente clara, como convém a uma prosa que, ainda que académica, pretende promover um diálogo permanente com as palavras de um escritor profundamente implicado com a vida e a linguagem verbal. Quase sempre, os textos são claramente assumidos na primeira pessoa, sem discursos impessoais ou tecnicamente áridos, com introduções que reforçam não só a atualidade e infinitude de leituras possíveis da obra de Saramago mas também a relação afetiva dos autores destes ensaios com os textos que aqui recuperam e a que conferem nova vida. Ainda que não seja declarado, é igualmente possível perceber uma coesão temática, na forma como os artigos se sucedem, com temas e linhas de análise que se tocam de um texto para outro.

No primeiro texto desta antologia, «Ensaio sobre a Cegueira e Ensaio sobre a Lucidez: estética e engajamento promovidos por José Saramago», Vera Lopes da Silva parte de uma conferência proferida pelo autor, em que ele terá anunciado um roteiro de escrita, consistindo a primeira fase em desbastar a pedra para, em segundo, entrar no interior da pedra até chegar à essência de quem nós somos.

Vera Lopes da Silva (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Centro de Estudos Portugueses – CESPUC – Brasil) toma como ponto de partida esta dualidade, entre os campos semânticos de “estátua/aparência” e de “pedra/essência” para criar um paralelismo com o pensamento de Karl Marx. Este estudo, expõe a autora do ensaio, desenvolve-se assim em dois segmentos que se interligam: “a exposição do método marxista do materialismo histórico como instrumento estético saramaguiano” e “a predominância do discurso monológico, conforme o pensamento de Mikhail Bakhtin (2006), na medida em que este fundamenta a posição engajada da voz autoral e sua relação intrínseca com o marxismo” (p. 20). Nas páginas seguintes, de uma leitura apelativa e bem fundamentada, a autora focar-se-á na “representação de conflitos oriundos das relações sociais emergentes da sociedade capitalista na contemporaneidade” em *Ensaio sobre a Cegueira e Ensaio sobre a Lucidez*, ainda que sem proceder, naturalmente, a uma leitura exaustiva de ambos os livros, que formam um díptico: quer pelo título, e em simultâneo pela definição da tipologia textual que pretende apresentar um romance como uma reflexão ensaística, quer pela temática

que, de certo modo, ressoa em ambos. A pandemia da cegueira branca de *Ensaio sobre a Cegueira* (publicado em 1995) parece ter repercussões, depois, em *Ensaio sobre a Lucidez*, lançado quase uma década depois (em 2004), quando a população decide votar em branco, o que causa, uma vez mais, o ruir da sociedade: “Decorrente da primeira obra, constitui novo recorte no comportamento da sociedade burguesa pós-cegueira branca, qual seja, a ação conjunta de votar em branco” (p. 26). Subtilmente, a autora deteta ainda as referências implícitas em *Ensaio sobre a Lucidez*, que aproximam as duas obras. É o caso do diálogo citado entre o presidente e o primeiro-ministro, em que aludem de forma indireta aos eventos narrados no romance anterior: “Que extraordinário país este nosso, onde sucedem coisas nunca dantes vistas em nenhuma outra parte do planeta. [...] É evidente que não há a menor probabilidade de uma relação entre os dois acontecimentos” (p. 29). Outro caso é o das estátuas vendadas de imagens sagradas. A contraposição dos dois livros, e destes episódios emblemáticos, criam assim um diálogo entre Marx e Saramago, sendo que, como a autora defende, a voz autoral adota uma posição monológica, isto é, aproximando o autor-pessoa, com as suas convicções sobejamente conhecidas, do autor-criador, numa “proposta autoral” que provoca “a leitura da essência brutal escondida pela aparência”, e que evidencia “o compromisso de assumir a responsabilidade da narrativa, arquitetando enredos, vozes, ações que denunciam a sociedade burguesa, sem necessidade de caricaturá-la para mostrar como ela é, apenas pondo em relevo aquilo que ela arditosamente age para esconder” (p. 38).

No segundo texto, «José Saramago e a sua crítica à democracia: o problema do Mercado como modelo de governança», Fabrizio Uechi, da Universidade de S. Paulo, particulariza bastante, procedendo a uma leitura bastante comprometida. Fabrizio Uechi introduz este ensaio expondo como Saramago se esforçou por “evidenciar o fato de países ditos democráticos comportarem-se com frequência como Estados autoritários”, questionando assim “se o que se tem chamado de democracia, na realidade, é outra coisa, já que funciona independentemente da vontade e da participação direta do povo” (p. 41). Numa contextualização que o próprio autor do ensaio admite alongada, intende partir das reflexões de José Saramago sobre a democracia para explicar, “a partir das características do caso brasileiro, o grande paradoxo que o Nobel encontrou no modelo liberal da democracia” (p. 45), dando nova vida à obra saramaguiana, lendo-a à luz do Brasil de 2020, com Bolsonaro na presidência. Voltando aos romances já explorados no texto an-

terior, e retomando a mesma linha de pensamento marxista, Fabrizio Uechi toca muito rapidamente alguns pontos de *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a Lucidez*, procurando sobretudo demonstrar como o estado se encontra ao serviço da “máquina capitalista” (p. 48). Numa linha de pensamento mais focada nas questões políticas do que na literatura, sem que isso minimize as obras em foco, antes reforçando o seu carácter polissémico, universal, intemporal, o autor destaca, a dada altura, o modo de Saramago evidenciar, num episódio do *Ensaio sobre a Lucidez*, a forma como “nas democracias ocidentais é mais fácil do que se esperaria a aprovação de medidas legalmente constituídas que nos tirem direitos e garantias considerados fundamentais, quando interesses político-econômicos ligados ao Mercado são contestados pelo ou em prol do povo, mesmo que o pressuposto seja, nos regimes democráticos, o de que o povo é soberano” (p. 51). Esta passagem pode remeter-nos para o que aconteceu com a pandemia, e subseqüentes ordens de confinamento e quarentena, mas, no Brasil, não se terão vivenciado essas restrições. Por seu lado, Fabrizio Uechi tece fortes acusações a um “presidente genocida”, responsável por “ações e omissões do governo federal no combate à pandemia da COVID-19, que vão desde a disseminação sistemática de informações falsas” à “insistente recomendação à população do uso de medicamentos ineficazes” (pp. 53-54). Por fim, o autor toca ainda muito ligeiramente num terceiro romance, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, onde “podemos encontrar uma oportunidade de refletir como a promessa de prosperidade econômica pode se articular muito simpaticamente com o discurso fascista de criação e reprodução de hierarquias” (p. 55).

No ensaio «A irracionalidade do mundo e a presença de cães nos romances de Saramago», Maria Irene da Fonseca e Sá, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, define o tema do estudo como uma análise do olhar de Saramago sobre a irracionalidade no mundo contemporâneo, contrapondo a desumanidade e irracionalidade do homem com a humanidade das personagens cães nos romances do autor. A autora parte de como Saramago e Pílar, na sua casa de Lanzarote, “tiveram uma convivência harmoniosa com três cães: Pepe, um poodle; Greta, uma fêmea Yorkshire Terrier; e Camões, da raça conhecida como cão d’água”, todos eles recolhidos, para, em seguida, elencar romances em que Saramago faz uso de personagens cães, como *Levantado do Chão*, *A Jangada de Pedra*, *História do Cerco de Lisboa*, *Ensaio sobre a Cegueira*, *A Caverna*, *O Homem Duplicado* e *Ensaio sobre a Lucidez*. Há um destaque especial para o “cão compassivo” de *Ensaio sobre a Cegueira*,

com o nome de Constante, que por duas vezes surge no romance a lambar as lágrimas de uma personagem, passando a ser justamente apelidado de “o cão das lágrimas”. Aos cães, Saramago dá não só destaque, mas atribui mesmo uma voz, como na passagem que a autora destaca, “Uivemos, disse o cão”. O final trágico do cão será o mesmo dos humanos, “vítima da crueldade e irracionalidade humanas” (p. 100).

Curiosamente, embora a autora não o assinale, parece curioso notar como já em *Levantado do Chão* surgia igualmente um cão chamado Constante.

“Numa sociedade em que os homens estão reduzidos à condição de máquinas sem emoções ou à pura instintividade animal, são os cães de Saramago que trazem uma esperança para a humanidade” (p. 102).

Este estudo parece padecer de maior profundidade na análise, embora toque em questões pertinentes que são, aliás, retomadas noutros ensaios desta compilação.

Em «*O Ano da Morte de Ricardo Reis: o labirinto que Saramago construiu para Ricardo Reis*», Filipe Reblin, do Programa de PósGraduação em Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo, classifica este romance de Saramago como uma «metaficção historiográfica», segundo a proposta de Linda Hutcheon (1980), quer “pela forma que o autor se apropria de personagens e acontecimentos históricos”, reescrevendo-os, mas “também pela constante alusão a sua própria situação discursiva” (p. 124). Mais particularmente, Filipe Reblin cria uma leitura intertextual em que evidencia a “presença da obra pessoana na figura principal de Ricardo Reis” (p. 124), nomeadamente na forma como o Ricardo Reis de Saramago “lutará para manter-se alheio aos acontecimentos ao seu redor” (p. 129), notando, por exemplo, que a sua “forma de conexão com a realidade acontece, principalmente, através da leitura de jornais”, o que, numa narrativa cuja intriga se passa em plena ditadura, pode explicar que só mesmo uma personagem muito alienada da realidade “poderia crer em leituras de jornais, manipulados pelo regime” (p. 129).

Os próximos três ensaios da compilação que aqui apresentamos formam um bloco pois todos refletem a mesma obra de Saramago. Mais concretamente um conto.

“O ser e a existência n’*O Conto da Ilha Desconhecida*”, por Maria da Luz Lima Sales (Instituto Federal de Educação do Pará) e Paulo Rafael Bezerra Cardoso (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), «José Saramago’s *The tale of the Unknown Island* in the context of the insular literary imaginary», por José Eduardo Reis (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), e «À procura da «Ilha Desconhecida»: cartografia do Homem», por Maria Leonor Castro (Agrupamento de Escolas de Celorico de Basto), formam um tríptico de ensaios autónomos centrados, como os próprios títulos evidenciam, na leitura de *O Conto da Ilha Desconhecida* (2016), um dos poucos contos do nosso Prémio Nobel, escrito para a inauguração do Pavilhão de Portugal na Expo 98, que se reveste de contornos de parábola e utopia. A atestar que um texto, mesmo depois de escrito, nunca fica assinado por uma única leitura, este conto, que ingenuamente podemos considerar simples, provoca assim três leituras tão distintas, que se complementam e articulam.

Com contornos de parábola, este conto condensa temas centrais ao autor: personagens sem nome próprio; inconformismo existencial, que leva à inquietude e ao desejo de rutura com o conformismo; a luta de classes e a contestação do poder; um ambiente próprio do realismo mágico; a força das personagens femininas que servem, quase sempre, de guia aos homens.

«Aprender a morrer... José Saramago e a escrita da finitude», assinado por Monica Figueiredo (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Conselho Nacional de Pesquisa/CNPq), demonstra como, na obra *As Intermitências da Morte* (2005), José Saramago recupera o pensamento de Montaigne, “filósofo que igualmente opôs ao religioso o espírito críticocientífico” (p. 180), “num refinado trabalho de glosa [...] para dar forma à sua enviesada fábula sobre a morte na contemporaneidade” (p. 181).

Neste belo ensaio, que parece encontrar eco no título deste mesmo livro *José Saramago: A Escrita Infinita*, Monica Figueiredo lança o mote do seu estudo, para depois voltar, divagar, e, no fim, unir as várias pontas do novelo que foi tecendo.

Ao longo de algumas páginas intrincadas de pensamento lírico e reflexão crítica, a ensaísta explana a natureza da expressão artística como forma de evitar a morte: “Na impossibilidade de dizer a morte, a linguagem artística firmase, portanto, como a única forma de enfrentar o silêncio a que ela nos condena” (p. 182).

A autora expõe como, na linguagem do quotidiano, a palavra é uma forma de vazio e um espaço de ausência, pois existe para ocupar o lugar de algo que carece de nomeação. Por outro lado, na arte, e o mesmo é dizer na literatura e na linguagem poética, a linguagem literária, ao contrário da quotidiana, “sabe que as palavras não bastam, por não serem capazes – por mais ordenadas que estejam – de dar conta do real”, ou seja, a “literatura nunca dirá o real, ela sempre o rerepresentará por outras palavras, palavras que nunca serão plenas, já que sempre denunciarão que qualquer discurso é incompleto, porque incapaz de dar conta da vida” (p. 183). Ainda assim, o trabalho do autor e a ficção que lhe sobrevive e o immortaliza, é também dar conta de como o real pode ser transfigurado pela linguagem, encontrando novos sentidos possíveis, nas palavras e na vida, quer no passado reescrito que no porvir que ele prefigura: “E o que faz o ficcionista a não ser estetizar a memória? Aquela que não é só a sua, antes é sempre a memória de um tempo, de uma cultura, enfim do que se costumou chamar de humanidade” (p. 188).

Escreve-nos Monica Figueiredo, ao dissertar sobre esta “escrita da finitude”, que na narrativa de Saramago *As Intermittências da Morte*, e o mesmo é dizer que na literatura em geral, a ficção procura “dar ordem ao mundo, para vencer o caos” (p. 194), mesmo que para isso, acrescentamos nós, o autor recorra ao extraordinário (várias vezes a sua escrita foi aproximada do realismo mágico), e assim aponte caminhos possíveis para o futuro da História e para a reescrita do passado. Pelos motivos explanados, entre outros, percebe-se que «A escrita infinita» seja um título adequado para esta obra.

A autora, em seguida, percorre algumas obras anteriores de Saramago, “na intenção de perseguir o discurso ficcional com que ele, artisticamente, enfrentou a morte, ou, por assim dizer, como ele tentou ordenar discursivamente o caos imposto pela inexorável passagem do tempo que encaminha a todos para o derradeiro fim” (pp. 183-184). À luz do que chama “memória da existência” (p. 189), conceito teorizado pela ensaísta, procura provar como na obra de Saramago esta *memória* configura a ideia de que a morte não consegue roubar à vida a “experiência do homem”. Esta *memória da existência* “muitas vezes será preservada valendose de uma espécie de animação alegórica, personificada através de vozes que encarnam uma sabedoria também chamada de senso comum e que de perto servem de contraponto às incompreensões, aos medos, às dúvidas e às hesitações dos protagonistas, invariavelmente, exemplos de seres solitários” (p. 189). Como exemplo temos o “espírito que pairava sobre a água do aquário” que filosofa com um simples

aprendiz, em *As Intermittências da Morte*, ou o teto que conversa com o José em *Todos os Nomes* (p. 189). A propósito da invocação destas personagens solitárias, que encontram no abstrato uma companhia, quase que uma voz da consciência, a autora enfatizava ainda como há, em Saramago, “uma preferência declarada por criaturas que, no mínimo, já se encontram em idade madura, algumas até muito perto do que a lógica do consumo chamou de velhice, o que faz com que a morte seja efetivamente o destino vislumbrado por muitas delas” (p. 188). Não sendo as personagens jovens protagonistas privilegiadas pela obra saramaguiana, Blimunda constitui naturalmente a exceção, até porque surge dotada “de uma consciência que se poderia chamar de ancestral” (p. 188).

Depois de nos tentar mostrar como, em várias obras do autor, morrer não significa estar morto, Monica Figueiredo regressa, por fim, ao livro *As Intermittências da Morte*, tomando de forma alegórica a união entre a Morte e um “certo homem, não por acaso, as de um artista, um violoncelista que tem na música uma forma de linguagem especial para mediar o real” (p. 195).

No ensaio seguinte, «Um Elogio da Lentidão: *A Viagem do Elefante* como metáfora da vida», de José Vieira – Centro de Literatura Portuguesa (UC); Instituto de Filosofia (UP) –, o autor procura, primeiramente, realçar como o romance *A Viagem do Elefante* (2008), dá continuidade a uma fase de escrita e reflexão saramaguiana inaugurada em 2005 com *As Intermittências da Morte* e concluída em *Caim*, a última obra do autor ou, por outras palavras, o último livro publicado em vida pelo Nobel (ainda aqui falaremos de *Alabardas*). José Vieira agrupa estes livros enquanto «romances fábula», seguindo a linha de pensamento de Ana Paula Arnaut, tendo em conta a estrutura narrativa simplificada e um tom marcadamente cómico, mais ligeiro. Poderíamos ainda invocar que se trata de um tom paródico, e usamos aqui o conceito de paródia intencionalmente, evocando os contributos de Linda Hutcheon acerca da metaficcionalidade e da intertextualidade como estratégias narrativas.

Também neste ensaio, a partir da figura do elefante, voltamos à questão do animal, mais especificamente do cão, em Saramago, como forma de contraposição com a existência humana. Ainda que a narrativa seja apresentada ao leitor pelo filtro da voz do narrador e dos olhos do seu cuidador – o conarca indiano Subhro, depois batizado como Fritz –, é no elefante que se concentra verdadeiramente a narrativa: “Salomão é o mecanismo, a engrenagem de toda a narrativa, que faz com que todas as peças, isto é, episódios, acontecimentos, relatos e personagens, históricas e ficcionais, tenham sen-

tido ao (re)perspetivar aquilo que sabemos ou aquilo que nos dizem ser a verdade” (p. 206).

Note-se ainda que ao fazer uma releitura da história, o autor recorre justamente à alteridade, quer num animal exótico, vindo da Índia, quer no conarca igualmente estrangeiro.

Numa leitura claramente filosófica, José Vieira faz revivescer este texto literário à luz de obras como *Elogio da Lentidão*, do ensaísta e neurocientista italiano Lamberto Maffei, ou de *A Expulsão do Outro*, do filósofo ByungChul Han: “A viagem de Salomão é uma metáfora da vida, da condição humana e de todas as suas perspetivas, dos seus incidentes e imprevistos, dos seus momentos felizes e de reflexão. O elefante surge como um animal de passo lento, como símbolo da memória, mas também do silêncio” (p. 218).

No ensaio seguinte, «Homens no lugar das coisas: diálogos entre atualidade e Objeto Quase», Raquel Lopes Sabino (Universidade de Évora) propõe uma leitura de três micronarrativas incluídas em *Objeto Quase*, compilação de seis contos publicada em 1978, bastante antes do reconhecimento de Saramago pelo público ou crítica. A autora intenta demonstrar a atualidade desses três contos, evidenciando como neles ressoam ecos das crises mundiais que hoje vivemos. «Embargo», «Coisas» e «Centauro» podem assim promover um diálogo entre a narrativa ficcional saramaguiana e o tempo presente, em aspetos tão variados como a corrida aos combustíveis, a brutalização do indivíduo, não obstante (ou por causa de) os avanços tecnológicos, o êxodo de refugiados e migrantes, a pandemia, a desigualdade na distribuição de vacinas, a extinção das espécies. Aspetos esses que, segundo indicia a autora, por vezes parecem até premonitórios, como é o caso da corrida aos combustíveis.

Raquel Lopes Sabino reforça assim o carácter ativista da escrita de José Saramago, cuja obra literária é atravessada pela ênfase nos “valores humanistas” e por “um forte sentido ético” (p. 221). Conclui a autora com a referência a dois textos não-literários que evidenciam de Saramago como um “autor comprometido com a denúncia das desigualdades sociais e com a defesa da responsabilidade individual de intervenção”, pelo que os três contos selecionados para análise poderão justamente “assumir o papel de encorajamento da ação cívica numa época de constantes desafios que testam a humanidade” (p. 236). Esses dois textos invocados, em jeito de encerramento, são os *Discursos de Estocolmo*, proferidos por Saramago aquando da entrega do Prémio Nobel de Literatura, em 1998, e a *Carta*

*Universal dos Deveres e Obrigações dos Seres Humanos*. Para contextualização, relembremos que Saramago, num dos seus Discursos, deixou o seguinte apelo: “Tomemos então, nós, cidadãos comuns, a palavra e a iniciativa. Com a mesma veemência e a mesma força com que reivindicarmos os nossos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa começar a tornar-se um pouco melhor”.

A partir desse ousado apelo, a UNAM (Universidade Autónoma do México) e a Fundação José Saramago (FJS) convocaram, em 2015, especialistas em diversas áreas para discutirem, na Cidade do México, uma proposta de *Carta Universal dos Deveres e Obrigações dos Seres Humanos*, enquanto documento complementar à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Podemos ler no sítio eletrónico da Fundação José Saramago como, depois de “anos de trabalho, de várias reuniões e da adesão de diferentes instituições e cidadãos, em 2018 o documento foi apresentado a diferentes Comissões da ONU e entregue em mãos ao seu Secretário-Geral, António Guterres”. Foi, depois, traduzida para outros idiomas, e o atual objetivo é que seja conhecida e difundida amplamente, por pessoas e instituições, e “se torne um documento com força legal”.

O ensaio «Democracia e Universidade: aprendizagem cidadã por José Saramago», de Bárbara Natália Lages Lobo (Universidade Autónoma de Lisboa), “reflete acerca da educação, do ensino e da aprendizagem, a partir da obra *Democracia e Universidade*” (p. 241). Ainda que um primeiro impulso seja não considerar *Democracia e Universidade* (2013) exatamente como obra literária, esta palestra, que “o próprio Saramago diz não se tratar de uma conferência”, merece naturalmente a leitura atenta que a ensaísta aqui lhe dedica, uma vez que permite elucidar a obra do autor.

Saramago descreve este seu discurso como “uma fala sincera”, a que se seguiu um debate, igualmente transcrito na obra, tendo sido dada ao público a oportunidade de dialogar com o autor acerca da sua conferência.

Na segunda conferência, «Verdade e Ilusão Democrática», incluída na obra, a autora considera como “igualmente ácida”. Neste segundo texto, a autora considera como se apresentam “análises cirúrgicas de uma democracia natimorta, subserviente à plutocracia” (p. 241).

Estes textos exclusivamente disponíveis pela Fundação José Saramago, podem ter permanecido despercebidos ao público leitor. Bárbara Natália Lages Lobo oferece-nos, aqui, extensas passagens dos discursos, ainda que tal não substitua a sua leitura integral.

Focar-nos-emos aqui, tal como a autora, sobretudo no primeiro texto referido.

No discurso *Democracia e Universidade*, proferido em outubro de 2005, nas vésperas do lançamento do livro *As Intermittências da Morte*, José Saramago vaticinava a necessidade de mortandade da utopia, o que, a julgar pelos comentários da plateia, segundo a autora do ensaio, suscitou polémica. Transcrevemos a fala do autor a partir da citação apresentada no ensaio: “A utopia, amigos, que inspira tantos bons e tão nobres sonhos, é uma falácia. Sinto que o que digo vos decepciona, mas não vale a pena ter estes devaneios. A única utopia viável é a do dia de amanhã, porque talvez ainda estejamos vivos e então, sim, podemos fazer ou cumprir o que necessitamos hoje” (p. 250).

Defende a autora que este desacreditar da utopia “foi um dos golpes mais doídos e certos que encontrei na leitura da obra de tão notável comunista; um soco no estômago dos sonhadores do porvir, dos otimistas, por mais realistas que sejam” (p. 250).

Num mundo dominado pela “perda de valores”, pela ausência de solidariedade ou de interesse pelo conhecimento, Saramago “rechaça a utopia, pela ineficácia de suas manutenções diante de uma intergeracionalidade imaginada ou inventada” (p. 251). Apela assim à “urgência de um agir para a mudança centrado no hoje ou, o mais tardar, amanhã”, mas um “amanhã real”. Nesse sentido, o escritor reconhece a importância das instituições de ensino superior “para a eficácia da democracia, ao enaltecer a responsabilidade da universidade para a formação dos cidadãos, asseverando que educação, instrução e cultura não se confundem” (p. 253).

Mais uma vez, vale a pena recorrer ao texto original aqui citado: “A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão; é o lugar de debate onde, por definição, o espírito crítico tem de florescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma” (p. 254).

José Saramago na sua obra aponta, como foi possível constatar acerca dos primeiros ensaios, problemas das atuais democracias, como a plutocracia ou a (falta de) cidadania. A autora argumenta, como exemplo desta falta de democracia, que apesar da “propalada «revolução digital», não nos compusemos ainda como sociedades antirracistas, anticlassistas, antimachistas, antifóbicas, antipunitivistas, antibelicistas e anticapitalistas” (p. 254). E esse papel cabe fortemente à academia: “Nesta perspectiva, a Universidade é, portanto, uma instituição fulcral para a aprendizagem cidadã, crítica, reflexiva” (p. 255).

Afirma Saramago, noutro passo do seu discurso, que “o bom cidadão é aquele que tem espírito crítico, que não se resigna, que não aceita que as coisas sejam assim, ou assim sejam vistas apenas porque alguém decidiu. Para mim, bom cidadão é aquele que procura observar de todas as perspectivas para ver o que há por detrás, agindo de modo consequente e responsável, sem baixar a guarda.” (citado na p. 256).

Bárbara Natália Lages Lobo vai então mais além perto do final do ensaio, em que se alonga menos nas citações e mais nas suas tergiversações, bastante pertinentes: “A Universidade, pela abertura e partilha de conhecimentos, é um lugar que, se não nos faz enxergar, nos torna menos cegos. Cegos que, podendo, querem ver” (p. 256).

Afirma a autora, e note-se como faz uso das epígrafes tão caras a Saramago, nomeadamente com palavras que evocam automaticamente *Ensaio sobre a Cegueira*, justamente a obra que melhor ilustra a questão da democracia em Saramago mediante uma espécie de distopia apocalíptica. Mas a autora vai mais além, e problematiza a questão, trazendo-a para a ordem do dia, nomeadamente no que concerne ao desinvestimento de certos estados na educação, em geral, e no ensino superior: “O potencial cidadão da aprendizagem é o principal motivo do desinvestimento nas universidades. A lógica liberal pressupõe para o seu sucesso a inaptidão dos indivíduos de questionar ordens desarrazoadas, de se conformar com os absurdos e injustiças, de se colocar em causa a própria exploração, de denunciar a violação de direitos cotidianos” (p. 256).

Fazendo ainda uso das palavras da autora, ainda que tenham mais de discurso livre, inspirado, em torno de um texto que, como afirma a autora na conclusão, “traz à tona o real sentido das Universidades” (p. 259):

“Ressalte-se a importância de a Universidade ser um locus para reflexão, partilha, crítica, análise, convivência, produção de conhecimento e saberes que pensem os sentidos da coletividade, cidadania e democracia. Ética respeitosa às diferenças e aos dissensos. Formar e Transformar. Atravessar a própria transformação de forma múltipla, diversa e integral. Para além da forma, ir bem fundo, no conteúdo. Imaginar mundos possíveis, ir além deste mundo de privações, limitações e escassez. Educar é transbordar” (p. 256).

No ensaio «O grito de Cipriano Algor como história de emancipação: análise de *A Caverna* como recusa em aceitar a cópia imperfeita da vida», de Ana Cláudia C. Henriques (IHCFCSH, Universidade Nova de Lisboa), há uma subtil transição entre o pensamento marxista para questões de ordem

mais ética, que Carlos Nogueira desenvolve no seu outro livro *José Saramago: a literatura e o mal*. Centrado numa leitura de *A Caverna*, romance publicado no ano 2000, na transição do milénio, após a atribuição do Nobel, este estudo enfatiza como a figura de Cipriano Algor, “oleiro de profissão e protagonista da obra”, representa “a posição solitária do trabalhador que, impedido de ser sujeito da história, se vê subjugado por cláusulas contratuais em relação às quais não tem controlo e, portanto, é obrigado a aceitar situações profissionais que têm um grande impacto negativo na sua vida pessoal” (p. 263).

Começa-se por definir a situação de Cipriano Algor como ilustradora das “três fases que explicam o conceito de alienação a partir de Marx”, desde que o protagonista se aparta da “sua essência ou natureza, depois distancia-se do seu produto e do processo de produção e, finalmente, já instalado no Centro, não se reconhece como parte do mesmo destino no conjunto dos outros moradores” (p. 266). O trabalho deste oleiro deixa assim de ser “fonte de significação social, de identidade e de reconhecimento, para ser objeto de dependência e sacrifício” (p. 266), num processo em que o protagonista arisca perder a sua própria identidade.

O romance parece, por conseguinte, tratar ainda de uma temática afim aos riscos da plutocracia, ou seja, a “concentração ilimitada de capital em grandes grupos económicos, independentemente das desvantagens sociais que daí resultam” (p. 263). Mas Cipriano Algor “não provoca uma cisão revolucionária” no centro comercial (p. 268). O que sucede nesta obra, em que a personagem “desenvolve uma resistência psíquica na forma de um monólogo interior” (p. 265), é o culminar num grito “que sugere uma atitude individual de libertação, passível de provocar uma onda de inspiração: eventualmente, todos poderíamos criar condições emancipatórias ao dizer não a uma vida que não queremos” (p. 268).

Esta leitura de *A Caverna* de Ana Cláudia Henriques entra assim “em concordância com a recente hipótese levantada pela investigação em literatura e filosofia de que os romances escritos na fase mais alegórica do autor não seriam pautados tanto pelo rasgo marxista-leninista, característico do seu posicionamento político, mas sim por uma inspiração idealista em que as personagens ultrapassam os seus próprios limites, na medida em que se libertam das amarras da estrutura dominante, a partir de uma escolha capaz de determinar a sua consciência” (p. 268).

Ainda na linha de pensamento do capítulo imediatamente anterior, «Democracia e Universidade: aprendizagem cidadã por José Saramago», de Bárbara Natália Lages Lobo, a autora faz notar como o título do romance

A Caverna não surge por acaso. Conclui a autora que a obra saramaguiana não apresenta “respostas fechadas aos desafios da nossa época: abrem caminho para um debate reformulador de um mundo que queremos construir com pensamentos cada vez menos únicos” (p. 280). Ler e estudar Saramago, mesmo quando se opta por um estudo crítico a partir da ótica da dialética marxista, “significa para cada geração um novo olhar dinâmico sobre as mutações que se vão operando na sociedade. Tal corresponde a uma imensa responsabilidade, mas também liberdade, no sentido de encontrar respostas não baseadas em experiências passadas para desafios contemporâneos” (p. 280). Ana Cláudia Henriques encerra o seu argumento, de forma assaz pertinente, evocando as vozes da discórdia que, ao incompatibilizar-se com os valores do atual sistema, preferem voltar-se “para discursos populistas, nacionalistas e xenófobos”. Propõe assim, em alternativa, “repensar o nosso projeto de desenvolvimento”. É esse o legado que nos deixou Saramago, “através de um tipo de literatura que sabemos que incomoda o poder. O seu ofício de escritor, que pode ser comparado ao de um ativista político, exige do leitor a mesma coragem: discutir e intervir no mundo como um ato de cidadania na construção ativa de uma sociedade mais justa e humana” (p. 281).

Podemos tomar estas palavras avisadas para englobar o conjunto da obra do Nobel português. Ainda em jeito de conclusão, seria importante fazer notar, como o faz Bárbara Natália Lages no seu ensaio que, não obstante o “perfil não académico [...] ressaltado pelo próprio autor em diversas oportunidades” (p. 240), a obra saramaguiana continua a criar leituras infinitas um pouco por todo o mundo, e em diversas línguas. Atualmente as cátedras dedicadas ao escritor ao redor do mundo são: Cátedra José Saramago da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Cátedra José Saramago da Universidade Federal do Paraná; Cátedra Internacional José Saramago (Universidade de Vigo, Galiza); Cátedra Libre José Saramago (Universidade Nacional de Córdoba, Argentina); Cátedra José Saramago (Universidade Nacional Autónoma de México); Cátedra José Saramago (Università degli Studi Roma Tre, Itália); Cátedra José Saramago (Universitat Autònoma de Barcelona); Cátedra José Saramago (Universidade de Granada); Cátedra José Saramago (Universidade Sveti Kliment Ohridski, Sófia). Recorrendo ainda às palavras de Bárbara Natália Lages, é notável que “tão espetacular escritor”, que não frequentou a universidade, tendo interrompido os seus estudos no ensino secundário, por falta de condições económicas. Nada disso impediu que fosse um leitor voraz ou a sua “trajetória literária como escritor, tradutor, crítico literário e editor” (p. 239-240).